

GEPDI 1: Ética e Justiça: os desafios para a democratização do poder judiciário numa sociedade de desigualdades e discriminações

Ementa: O grupo tem por objetivo dedicar-se à reflexão sobre o papel do Poder Judiciário na efetivação dos direitos humanos em uma sociedade plural e acentuadamente desigual como a brasileira, fruto do processo histórico colonial. Pretende-se, assim, promover pesquisas sobre os desafios éticos presentes e requeridos pelos princípios democrático e igualitário no Poder Judiciário diante dos grupos vulneráveis, estimulando a participação ativa e processos de escuta em favor desses estratos da população, a partir de um novo design institucional e novas práticas dos órgãos judiciários.

Líder 1: Andre Augusto Salvador Bezerra

Líder 2: Roger Raupp Rios

GEPDI 2: Gestão de Unidades, Redes Organizacionais e Design Organizacional

Ementa: 1. Gestão de unidades jurisdicionais: pressupostos para o exercício de uma jurisdição de alta performance.

2. Redes Organizacionais: Gestão pública participativa e da inovação no judiciário - Gestão do acesso efetivo aos direitos e à Justiça - Gestão Processual com o objetivo de e para acelerar os processos judiciais e a efetividade. Redes organizacionais, cooperação e projetos de cidadania no judiciário.

3. Tecnologia, Inovação e Design Organizacional: transição para um novo modelo de jurisdição - objetiva pesquisar a teoria, prática, projetos e ações de inovação, criatividade e tecnologia do e para o Poder Judiciário (sistema de justiça): laboratórios de inovação, centros de inteligência, design e visual law.

Líder1: Antonio Cesar Bochenek

Líder 2: Elayne da Silva Ramos Cantuária

GEPDI 3: Centros de Inteligência, Precedentes e Demandas Repetitivas

Ementa: O fenômeno da repetição de demandas. O tratamento das demandas repetitivas. Construção de novas formas de tratamento dos conflitos. Perspectivas preventiva e sistêmica. Desafios do modelo brasileiro de precedentes. Coerência sistêmica como principal produto de um modelo de precedentes. Importância da formação e da identificação da *ratio decidendi* nos precedentes. Papel e integração das instâncias de base, ordinárias e superiores na gestão, produção e aplicação dos precedentes. Modulação de efeitos e segurança jurídica. Centros de Inteligência: atribuições; possibilidades de trabalho em rede. Avaliação de impacto da atuação do Poder Judiciário. Papel do Judiciário na pacificação e na prevenção dos conflitos. Limites ao crescimento e novas possibilidades de atuação.

Líder 1: Fabrício Castagna Lunardi

GEPDI 4: Direito, Desenvolvimento e Impacto das Decisões Judiciais

Ementa: Direito e Desenvolvimento. Neoinstitucionalismo. Processos de endogeneização de redes de diálogo (Centros de Inteligência, Comitês de Saúde, Centros de Conciliação). Novo desenho institucional. Impactos na eficiência sistêmica (acesso à justiça, celeridade, previsibilidade).

Líder 1: José Marcos Lunardelli

Líder 2: Priscilla Pereira Costa Corrêa

GEPDI 5: Modelos Autocompositivos, Justiça Restaurativa e Sistema Multiportas

Ementa: Modelos Autocompositivos, Justiça Restaurativa e Sistema Multiportas. Conciliação. Mediação. Distinção. Tipos de Conflitos. Justiça Restaurativa. Escuta. Envolvidos. Solução. Modelo de Atuação Positivo para Restaurar Relações. Sistema Multiportas e Acesso à Justiça. Alternativas de Resolução de Conflitos no Âmbito Judicial. Métodos Extrajudiciais e Resolução Pré-Processual de Conflitos.

1. Conciliação e Mediação Distinções: Legais (Existência ou Não de Relacionamento Anterior e Forma de Atuação do Terceiro); Relativas ao Tipo de Conflito (Familiar, Empresarial, Ambiental,...); Relativas à Ampliação ou Restrição do Foco de Abordagem e Deliberação (Lide Processual e Lide Sociológica, Posições e Interesses); Relativas à Percepção dos Interessados em Relação ao Resultado (Resultado Justo, Injusto, Satisfatório, Aceitável...);

2. Justiça Restaurativa. Escuta. Envolvidos. Solução. Conflito. Violência. Criatividade. Sensibilidade. Justiça Juvenil. Medidas. Socioeducativas. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Sinase. Violência Doméstica. Direito de Família. Vizinhança. Empresarial. Pesquisa. Empírica. Modelo de Atuação Positivo para Restaurar Relações.

3. Sistema Multiportas e Acesso à Justiça. Alternativas de Resolução de Conflitos no Âmbito Judicial. Análise de Procedimentos Específicos de Acordo com as Características de Cada Conflito. Métodos Extrajudiciais e Resolução Pré-Processual de Conflitos.

Líder 1: Marcus Vinícius Pereira Júnior.

Líder 2: Fábio César de Oliveira

GEPDI 6: Processo Coletivo e Modelos Judiciais Inovadores de Resolução de Conflito

Ementa: O Grupo de Pesquisa objetiva estudar o processo coletivo, como fenômeno inserido na sociedade contemporânea, bem como os desafios que esse tipo de demanda acarreta para o Poder Judiciário e para a atuação judicial. Abrange discussões sobre as particularidades dos conflitos na sociedade de massa, violações de direitos e respostas do Poder Judiciário, sobretudo quando essas violações são massificadas. Inclui ainda estudos sobre mecanismos de assegurar acesso à justiça e proteção de grupos socialmente vulneráveis. Objetiva, por fim, pesquisar modelos judiciais inovadores de resolução de conflitos e ferramentas de gestão que auxiliem na efetividade da prestação jurisdicional diante das exigências que emergem desse cenário social.

Líder: Rosimeire Ventura Leite

GEPDI 7: Justiça Digital: Inovações Disruptivas e Inteligência Artificial no Direito

Ementa: O Grupo analisa os aspectos jurídicos e tecnológicos da jurisdição na era digital, abrangendo gestão de processos e tomada de decisões mediante o uso de tecnologias em uso e em desenvolvimento. Investiga como a gestão de dados, a tecnologia e a inovação podem ser utilizadas para promover transformação cultural no judiciário. Inclui temas relacionados à proteção de dados sensíveis, predição de possíveis focos de judicialização, automação de processos e decisões, uso de algoritmos na tomada de decisões, vieses e heurísticas, plataformas de resoluções online de disputas (ODR), mecanismos de inclusão digital, julgamentos nas redes sociais, seleção de casos repetitivos, recidivismo, análise preditiva da jurisprudência e limites éticos da inteligência artificial. Abrange também estudos sobre inovações, com e sem o uso de tecnologias, e ferramentas para um modelo de justiça do futuro.

Líder 1: Luciane Amaral Corrêa Münch

Líder 2: Samuel Meira Brasil Jr.

GEPDI 8 – Processo coletivo comum e estruturante

Ementa: Este grupo de pesquisa abrange discussões sobre as particularidades dos processos tirados a partir da violação de direitos difusos e coletivos (tutela do meio ambiente, patrimônio público, probidade administrativa, etc) – inclusive das demandas estruturantes para fins de implementação de políticas públicas (processo coletivo estrutural) -, sem se olvidar das ações de instrumentos coletivos tutelares de direitos individuais massificados (direitos individuais homogêneos). Inclui, ainda, estudos sobre mecanismos de assegurar acesso à Justiça e proteção de grupos socialmente vulneráveis a partir da análise da atuação coletiva, judicial e extrajudicial, dos principais legitimados a agir em nome destas coletividades (Ministério Público, Defensoria Pública, Administração Pública Direta e Indireta, e sociedade civil)

Líder: Fernando da Fonseca Gajardoni

GEPDI 9 - Legal Design, Visual Law, Transmedia Law, Design Organizacional do Poder Judiciário e outros processos de aprendizagem aplicados ao Direito e à Administração Pública

Ementa: Investigação e desenvolvimento de projetos relacionados a design organizacional, legal design, transmedia law e visual law, voltados ao aprimoramento da jurisdição e do Poder Judiciário, de forma colaborativa e com perspectiva multidisciplinar e interinstitucional, bem como investigação e desenvolvimento de projetos relacionados com aprendizagem de atos normativos e judiciais por meio de recursos transmedia e seus efeitos sociais.

Líder: Luciane Amaral Corrêa Münch



GEPDI 10 – Centros de Inteligência e Formação Judicial em Prevenção de Conflitos e Gestão de Precedentes

Ementa: Novas formas de prevenção e tratamento dos conflitos. Centros de inteligência do Poder Judiciário. Redes de cooperação internas e interinstitucionais. Impactos da construção colaborativa de soluções para os problemas relacionados à judicialização dos litígios. Impactos da formação judicial sobre a prevenção e o tratamento adequado dos conflitos. Estratégias de prevenção e desjudicialização de conflitos. Modelo brasileiro de precedentes: propósito e efeito sem perspectiva sistêmica.

Líder: Taís Schilling Ferraz

GEPDI 11 - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre gênero, direito humanos e acesso à justiça

Ementa: Teoria feminista do direito e da justiça e perspectivas interdisciplinares. Mulheres e violência, tráfico de pessoas, sistema prisional e práticas jurídicas. Políticas de igualdade de gênero.

Líder: Adriana Ramos de Mello